

INTEGRALIDADE DO CUIDADO NA ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DO HIV/AIDS

Livia Tomaz de Oliveira

Pollyana Bortolazzi Gouvea

Thais Fávero Alves

Adriano da Silva Acosta

RESUMO: O Primeiro caso de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no mundo foi confirmado oficialmente em 1981, pelo Center for Disease Control (CDC-EUA). A partir deste caso, tornou-se nítida a disseminação acentuada do vírus HIV em todo o mundo. No Brasil, desde o início da epidemia até junho de 2014, foram registrados no país mais de 700 mil casos de aids. Neste contexto, o binômio HIV/aids corresponde, atualmente, a um dos maiores problemas de saúde pública. Com o intuito de controlar a epidemia, desde 1992, no Brasil, foram criados diversos serviços públicos de assistência, em HIV/aids, como o Hospital-Dia (HD), Assistência Domiciliar Terapêutica (ADT), o Serviço Ambulatorial Especializado (SAE), tudo isso para ações de controle das DST/aids no país. Entretanto, as tendências apontadas trazem novos desafios as políticas públicas, pois apesar dos avanços nas ações de prevenção e acesso a terapêutica, ainda não existem perspectivas de cura. O objetivo deste estudo é refletir acerca da integralidade na assistência ao portador do HIV/aids dentro do atual contexto social e político que se configura as práticas de saúde desta parcela populacional. Como produto das reflexões, percebe-se que um dos grandes desafios ao enfrentamento do HIV/aids está em garantir a integralidade das ações nestes serviços de saúde, principalmente na Atenção Básica, visto que o princípio que a integralidade remete ao cuidado qualificado, ou seja, um atributo que lhe garante excelência, possibilitando uma melhor aproximação entre as práticas profissionais e as soluções que os sujeitos almejam encontrar para seus problemas. Entretanto, o que se observa na prática é que as equipes de saúde dirigem o atendimento a partir do enfoque epidemiológico, ou seja, ofertam serviços que respondem exclusivamente as doenças de uma população, gerando uma fragmentação das ações e tornando frágil a efetivação deste princípio do SUS. Desta forma, reforça-se a ideia de que um dos objetivos mais instigantes da integralidade é fazer com que os profissionais de saúde a vejam como um item primordial ao cuidado dos sujeitos e objeto de trabalho na atenção à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: HIV. Políticas Públicas. Integralidade em Saúde.